

PROJETO DE LEI Nº 5230, DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio.

EMENDA MODIFICATIVA Nº (Da Sra. Luiza Erundina)

Altere-se o art. 36 do Projeto de Lei Nº 5.230/2023, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 24

.....
.....

Art.35

.....
.....

Art. 36 A Formação Geral Básica e a Parte Diversificada constituem um todo integrado de modo a possibilitar a articulação dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão às realidades locais e dos estudantes, perpassando todo o currículo.

§ 1º Os componentes curriculares obrigatórios da Formação Geral Básica, estarão voltados ao aprofundamento da ciência, da tecnologia, da cultura e do mundo do trabalho.



§ 2º A parte diversificada definida em cada sistema de ensino, de modo a assegurar a necessária flexibilização curricular, poderá ser organizada por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares voltados ao aprofundamento da ciência, da tecnologia, da cultura e do mundo do trabalho, conforme a relevância para o contexto local, histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 3º Os currículos do Ensino Médio deverão assegurar distribuição equilibrada da carga horária entre os componentes curriculares obrigatórios, de modo a favorecer a formação integral dos sujeitos.

§ 4º O Ensino Médio poderá ser articulado, preferencialmente na forma integrada, com a educação profissional técnica de nível médio.

§ 5º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do Ensino Médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de alterar a proposta do PL 5.230/23 que propõe manter na parte diversificada do currículo do ensino médio “percursos de aprofundamento e integração de estudos” considerando as seguintes ênfases:

- I - linguagens, matemática e ciências da natureza;
- II - linguagens, matemática e ciências humanas e sociais;
- III - linguagens, ciências humanas e sociais e ciências da natureza;
- IV - matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza; e
- V- formação técnico e profissional.



Na implementação dos itinerários formativos definidos na Lei 13.415/17 houve uma grande desorganização e impacto negativo, em especial, nas escolas públicas estaduais que atende a população mais pobre. O PL 5.230/23 apenas altera a nomenclatura dos itinerários formativos para “percursos de aprofundamento e integração de estudos” ampliando a complexidade e ainda maiores dificuldades de organização curricular das unidades escolares.

A Lei 9.394/96 já garante grande flexibilização curricular do ensino médio ao definir que:

*“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou **por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.**” (Art.23 da Lei 9394/96-vigente)*

*“Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, **a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.**” (Art. 26 da Lei 9394/96 - vigente)*

Portanto não há nenhuma necessidade e nenhum estudo que comprove que a criação de itinerários ou percursos na parte diversificada do currículo possa colaborar com a melhoria do ensino médio. É preciso considerar que a parte diversificada do currículo é um complemento a ser desenvolvido em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar. Ao criar os percursos de aprofundamento o PL 5.230/23 retira autonomia dos sistemas de ensino e das unidades escolares, além de uma definição confusa e desnecessária que trará uma maior desorganização curricular nas escolas de ensino médio. As ênfases dos percursos apresentados, de caráter artificial, não atendem a nenhum critério técnico-pedagógico e não colaboram em nada para a melhoria da organização curricular.



A melhor proposta e mais racional é a simples exclusão dos percursos de aprofundamento e integração de estudos, mantendo a parte diversificada definida pela realidade local.

Por outro lado, o percurso com a ênfase a formação Técnico e profissional demonstra um desconhecimento e/ou desvalorização da legislação consolidada da Educação profissional e tecnológica no país.

Inclusive utilizando uma nomenclatura antiga já superada pela legislação que consolidou o termo “**Educação profissional técnico de nível médio**”.

Não existe nenhum argumento consistente que relacione diretamente a criação deste percurso de formação técnico e profissional com o real desenvolvimento da educação profissional.

A legislação existente da Educação Profissional e Tecnológica (LDB atualizada pela Lei 11.741/2008) já é suficiente para atender a política pública de interesse da população. Maior ainda a distorção de inclusão da qualificação profissional dentro da carga horária da educação básica o que pode descaracterizar o importante conceito do ensino médio como etapa final da educação básica.

Atualmente no Brasil temos 1,9 milhão de matrículas da educação profissional técnica de nível médio e um significativo crescimento, a partir de 2004, na forma articulada integrada (atualmente mais de 700 mil matrículas) e na forma subsequente (atualmente mais de 1 milhão de matrículas). A forma articulada concomitante teve uma redução constante pela sua complexidade e por não corresponder a realidade e condições necessárias ao seu desenvolvimento.

Na prática de percurso de “formação técnica e profissional” é uma nova tentativa de um arranjo que não reconhece o “ensino médio integrado” e estimula o retorno da forma de justaposição entre a formação geral básica (FGB) e um complemento com o percurso técnico profissional (ensino



técnico ou qualificação profissional), agora dentro da carga horária do ensino médio, que já demonstrou sua inviabilidade na tentativa fracassada da concomitância da educação profissional técnica com o ensino médio.

Por outro lado, a qualificação profissional dentro do ensino médio pode promover uma escola onde os pobres terão um ensino médio de pior qualidade, inclusive dificultando sua continuidade de estudo na educação superior.

A posição mais coerente seria extinguir os percursos definidos no PL 5.230, incluindo a ênfase de formação técnico e profissional”, e estabelecer o fortalecimento da política da educação profissional e a política de garantir um ensino médio de qualidade para todos que possibilite a opção, quando necessário, uma real integração com a educação profissional.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada LUIZA ERUNDINA
PSOL/SP





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Da Sra. Luiza Erundina)**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio.

Assinaram eletronicamente o documento CD238434301800, nesta ordem:

- 1 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Guilherme Boulos (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE - LÍDER do Bloco Federação PSOL REDE *(p_119782)
- 3 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 4 Dep. Heitor Schuch (PSB/RS)
- 5 Dep. Carlos Veras (PT/PE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Gervásio Maia (PSB/PB)
- 7 Dep. Gervásio Maia (PSB/PB)
- 8 Dep. Zeca Dirceu (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV - LÍDER do Bloco Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil *(p_113566)
- 9 Dep. Duda Salabert (PDT/MG) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

